

## O avesso da história: os *Aikewara* e a guerrilha do Araguaia

Iara Ferraz  
maio 2014

*É... nós sofremos demais,(...) nesse tempo que aconteceu essa "guerra" aí, nós num sabia de nada, nós entremo assim mesmo, sem saber de nada! (...) inocente mesmo nós entremo, num sabia de nada!*  
(*Api*, agosto 2013)

### Introdução

Na segunda metade dos anos 60, com a falência da luta armada nas áreas urbanas do país, a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968 e o recrudescimento da violência do Estado ditatorial, o projeto do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na clandestinidade, consistia em estabelecer a guerra popular revolucionária, de inspiração maoísta, na região do chamado "Bico do Papagaio", confluência dos estados do Pará, Maranhão e norte do então Goiás, hoje Tocantins. De acordo com Sousa (2011:26)

"Este movimento não eclodiu por iniciativa dos guerrilheiros, como ocorreu na maior parte dos movimentos armados que se conhece no Brasil e na América Latina daquele período. Ele teve seu início marcado por um intenso ataque das forças oficiais que desde o princípio tiveram a determinação de destruí-los e eliminá-los e de apagar da memória local e da história nacional a sua existência."

No início de 1971, toda a área em que está situado o município de Marabá foi decretada "área de segurança nacional" (decreto só revogado em 1987)<sup>1</sup> e, no ano seguinte, os *Aikewara* viriam a ser envolvidos na repressão às Forças Guerrilheiras do Araguaia (Moura, 1979:44). Depois de 40 anos do final do movimento que se desenvolveu em pleno território dos *Aikewara*, povo tupi-guarani também conhecido como "Surui", a oportunidade de passar a limpo a história recente resultou do seu pleito de reparação moral, material, cultural e territorial.

Assim, a sentença de uma ação judicial interposta na Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos familiares de um dos desaparecidos (Guilherme Lund)<sup>2</sup>, proferida em novembro de 2010, determinou que o governo brasileiro respondesse pela destinação dos corpos dos guerrilheiros do Araguaia. Com apoio do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) e da Secretaria de Direitos Humanos da PR uma investigação documental, bibliográfica e de cunho antropológico foi realizada por nós ao longo de 2013, acerca do envolvimento forçado dos

<sup>1</sup> Cf. Decreto-Lei n. 1.164 de 01.04.1971, revogado só em 24.11.87, pelo Decreto-Lei n. 2.375.

*Aikewara* com a repressão ao movimento guerrilheiro do Araguaia, pelas Forças Armadas, na primeira metade da década de 1970.

Como resultado desse trabalho, novos subsídios foram protocolados em agosto e outubro de 2013 na Comissão de Anistia (MJ), a processos que ali tramitam desde 2010, por iniciativa da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. Em outubro de 2013, em novas escavações realizadas por legistas do GTA e acompanhadas por representantes *aikewara*, foram encontradas evidências do sepultamento clandestino havido no interior da Terra Indígena (dentes, botões de roupa e fragmentos de lona plastificada), encaminhados para identificação.

E a 13 de maio último, um relatório minucioso elaborado em conjunto com os *Aikewara* foi entregue à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília. Este caso, ao lado do caso trágico dos *Kiña*, conhecidos como *Waimiri-Atroari* (AM), que tiveram cerca de 70% de sua população violentamente dizimada para a abertura da rodovia BR-174, compõem o elenco de violações de direitos humanos contra povos indígenas durante a ditadura no Brasil em que as Forças Armadas estiveram diretamente envolvidas, casos que reiteram a importância da abertura de arquivos militares para a elucidação dos fatos ocorridos.

No Araguaia, todas as ações da guerrilha desenvolveram-se exatamente no centro do território tradicional *aikewara*, presença histórica que foi subestimada pelas Forças Guerrilheiras quando da deflagração da repressão, em abril de 1972, segundo José Genoíno Neto, em seu depoimento gravado em São Paulo, no segundo semestre de 1977, que resultou numa das publicações pioneiras sobre a guerrilha que menciona o envolvimento dos “Surui” (Doria *et alii*, *op.cit*).

Por outro lado, o profundo conhecimento dos indígenas acerca do seu território tradicional foi sumariamente utilizado pelas forças repressivas devido ao seu despreparo no ambiente de floresta amazônica desde a chamada “primeira campanha”, quando se verificou a ocupação ostensiva pelos militares de toda a região do “Bico do Papagaio”.

Atualmente com uma população de cerca de 400 indivíduos,<sup>2</sup> os *Aikewara* estão distribuídos em duas aldeias – Sororó e *Itahy* - na Terra Indígena Sororó, situada nos municípios de Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Marabá, a sudeste do estado do Pará.

## **A pesquisa**

A pesquisa documental e bibliográfica revelou que são esparsas e não raras vezes infundadas as referências ao envolvimento dos *Aikewara* com a repressão à guerrilha do Araguaia.<sup>3</sup> Nos arquivos da Fundação

<sup>2</sup> Cf. dados do Polo Base Marabá/DSEI Guamá Tocantins, março 2014.

<sup>3</sup> De um modo geral, a literatura sobre a guerrilha do Araguaia vem se estendendo. Foi inaugurada com a publicação de Dória *et alii* (1978), seguida de outras de cunho

Nacional do Índio (Funai), em Brasília, foram localizadas apenas duas portarias administrativas referentes ao Posto Indígena Sororó: a de sua criação (n. 040/N, de 20.12.71) e a de seu controle operacional (n. 130/N de 06.9.73), vinculado à Base Avançada de Pucuruí (que se ocupava da atração dos *Parakanã*), mas subordinado de fato à então 2ª. Delegacia Regional da agência tutelar, em Belém.

Os artigos de jornais só viriam a mencionar os chamados “índios Suruí” por ocasião de uma das caravanas oficiais integrada por familiares em busca dos restos mortais dos guerrilheiros, em julho de 1996, encontrados no interior da “Reserva Indígena Sororó” por uma equipe de legistas.<sup>4</sup> Depoimentos recentes à CNV (como o do tenente-coronel reformado Paulo Malhães, assassinado no RJ um mês após o seu depoimento) assim como matérias do jornalismo investigativo (cf. Leonêncio Nossa, *OESP*, 04.05.2014) vem contribuindo para a elucidação de fatos relativos àquele período.

Quase todos os depoimentos (exceto um, o de *Tiwaku*) foram colhidos na principal aldeia dos *Aikewara* entre abril e setembro de 2013, registrados em vídeo e posteriormente transcritos. Os principais depoentes, entre as mulheres, foram *Arihêra*, *Muretama*, *Muruá*, *Saiw’i*, *Sarisapuá* e *Teriweri* e, entre os homens, *Api*, *Arikasu*, *Marahy*, *Masara*, *Tawé*, *Tiremé*, *Tiwaku*, *Umasu*, *Waiwera* e o velho *Warini*. Estes depoimentos que compõem agora os processos na Comissão de Anistia (MJ), com pedido de reparação por danos morais, materiais, culturais e territoriais sofridos, assim como o relatório entregue à Comissão Nacional da Verdade consistem em provas testemunhais dos *Aikewara* relativas à violência de Estado praticada em toda a região e por eles sofrida, diretamente.

### **O território *aikewara***

No início da década de 60 intensificaram-se as invasões no território *aikewara* por garimpeiros de cristal de rocha e castanheiros.<sup>5</sup> Neste contexto, frei Gil Gomes Leitão, dominicano ligado à Prelazia de Marabá que realizara os contatos pacíficos com eles em 1953, fez gestões junto aos órgãos de terras estaduais e conseguiu que o então presidente

---

jornalístico (Moura, 1979; Kotscho, 1982; Portela, 1986; Morais e Silva, 2005; Gaspari, 2005; Rodrigues, 2008; Figueiredo, 2011; Nossa, 2012), relatos de militantes (Pomar, 1980; vários autores, 1982; Sá, 1990; Mourão, 2005), memórias de militares (Cabral, 1993; Souza, 2002; Carvalho, 2004; Studart, 2006, entre outros), um breve ensaio de cunho sociológico (Peixoto, 2011) e trabalhos de pesquisa histórica (Campos Filho, 1997 e Sousa, 2011). Poucos desses autores, no entanto, apenas mencionam o envolvimento dos “índios Suruí” (sic).

<sup>4</sup> “Peritos acham em reserva a quarta ossada do Araguaia”, *O Globo*, 17.07.1996; “Ossada pode ser de mais de um guerrilheiro”, Amaury Ribeiro Jr, *O Globo*, 19.07.1996.

<sup>5</sup> Laraia (1967), quando pesquisou entre os “Suruí”, supôs que este grupo fosse uma cisão dos *Akuawa-Asurini* (que vive na TI Trocará, nas proximidades de Tucuruí) e que estivesse em vias de extinção. O trabalho de Calheiros (2014), no entanto, afirma tratar-se de um subgrupo *Parakanã*.

Costa e Silva decretasse a interdição de uma área (Decreto n.63.367 de 08.10.1968) para os “Suruí”, como eram denominados. Este decreto, no entanto, não estabelecia com precisão técnica os limites da área, estimada em apenas 5.000 hectares, acrescida de outros 1.900 hectares em 1969.

Só em 1977, através de um conturbado processo administrativo na Funai, uma nova delimitação seria realizada, mas excluindo áreas consideradas de grande significado pelos *Aikewara*, como castanhais, antigas aldeias, cemitérios e jazidas de argila para o fabrico de painéis. Foi esta a demarcação homologada, posteriormente, em 1983, cuja revisão vem sendo desde então requerida pelos *Aikewara* (ver adiante).

### O “tempo da guerra”

(...) *Eu num queria andar com eles, mas eles falava pra mim que eu era obrigado porque eu era índio, né?”* (Tiwaku, agosto 2013).

x Em dezembro de 1971, através da criação do Posto Indígena Sororó, a assistência tutelar da FUNAI viria a ser estendida aos *Aikewara* em função, principalmente, da ocupação militar na região que, abertamente, se estendeu até 1974. Embora tivesse sido criado ao final de 1971, o Posto Indígena Sororó só foi instalado no segundo semestre de 1972, exatamente para que seus agentes (um trabalhador braçal e um técnico indigenista) intermediassem relações de força e imposição das ações repressivas.<sup>6</sup> Por três anos seguidos, de 1971 a 1973, praticamente todos os homens adultos da aldeia (cerca de 15) foram obrigados a servir de guias para os militares na mata, o que na última campanha, em 1973, se transformou oficialmente em “caça” aos guerrilheiros. Enquanto a presença de missionários dominicanos entre os *Aikewara* – notadamente de frei Gil Gomes Leitão – impediu o seu envolvimento com as forças repressivas, já a atuação dos agentes da FUNAI na aldeia do Sororó obrigou os *Aikewara* a servirem como guias, tratados como prisioneiros de guerra.<sup>7</sup>

x A ocupação da aldeia ocorreu logo na primeira campanha das forças repressivas à guerrilha, em abril 1972. Então praticamente monolíngues - apenas os mais jovens falavam um pouco a língua portuguesa - os *Aikewara* foram tomados de assalto pela invasão dos

<sup>6</sup> Foram testemunhas importantes destes fatos, ambos já falecidos (o último em Belém, há cerca de dez anos).

<sup>7</sup> Há menção na literatura (Portela, 1986:53) de que frei Gil se opunha à presença da FUNAI entre os “Suruí”, exatamente para que não fossem envolvidos na repressão à guerrilha. Neste período, toda a população *aikewara* não devia ultrapassar cerca de 50 indivíduos. Os dados disponíveis são de um período anterior, quando Vieira Filho (1970), médico da Escola Paulista de Medicina que acompanhou frei Gil à aldeia em algumas viagens, registrou em 1969 apenas 42 pessoas. Já em março de 1975, havia 64 indivíduos, sendo que quatro mulheres estavam grávidas (Queiroz, 1975).

militares na aldeia, causando pânico. A chegada e a movimentação dos militares interromperam violentamente o cotidiano na aldeia, quando os *Aikewara* se preparavam, no começo da estação seca, para a realização de um importante ritual, o *karuwara*, que requer a provisão de alimentos em grande quantidade, sobretudo de mandioca para a elaboração do *karusi*, o mingau cerimonial.

É importante salientar que eram ainda recentes, na memória de todos os mais velhos do então reduzido grupo, os tiroteios, incêndios de aldeia e mortes nas correrias provocadas por garimpeiros e castanheiros nos anos 40. No segundo semestre de 1972, chegaram os funcionários do Posto Indígena Sororó, recém-instalado e subordinado à 2ª. Delegacia Regional da agência tutelar (Belém), assim como outras tropas militares.

De acordo com os relatos, os agentes tutelares no Posto Indígena recém instalado acabaram por avaliar o recrutamento dos *Aikewara* pelas forças repressivas. Segundo o diálogo havido entre os militares e o servidor do Posto, seria “apenas para indicar o caminho na mata e retornar à aldeia” – e não seguirem guiando as tropas.

x A abertura das rodovias “operacionais” OP1, OP2 e OP3 pelo Exército, em meados de 1972, tinha por finalidade o deslocamento das tropas na região para as operações de combate ao movimento guerrilheiro. A OP2 cortou todo o território dos *Aikewara* no sentido nordeste a sudoeste.

x Além de uma base militar de operações instalada junto ao rio Gameleira, na localidade denominada São Raimundo (limitrofe da atual Terra Indígena Sororó), um grande acampamento militar foi montado a apenas 100 metros da aldeia, destinado a vigiar diuturnamente as mulheres, as crianças e quatro homens adultos, impedidos de prover alimentos através da colheita da roça, da caça, da pesca e da coleta de frutos na mata. Os integrantes da sociedade *aikewara* viram-se assim humilhados, despojados de todas as suas atividades de subsistência e prisioneiros em suas casas, no seu território.

x Os *Aikewara* afirmam, categoricamente, que foram enganados, ou seja, que desconheciam os motivos dos *marehai* - forma como denominam “guerreiros” e, por extensão, soldados e militares em geral – que levaram às ações violentas ali empreendidas. Poucos falavam ou compreendiam a língua portuguesa. As mulheres e crianças não podiam sair de casa, a não ser acompanhadas por soldados; alimentavam-se apenas de tubérculos (inhame, cará), em pouca quantidade, colhidos nas proximidades da aldeia. Tiveram suas provisões de arroz e a aldeia incendiadas pelos militares. Os voos rasantes de aviões e, sobretudo, de helicópteros junto à aldeia, onde chegavam a pousar quatro de uma só vez, erguiam as coberturas das casas, de palha, e provocavam pânico: todas as mulheres e crianças corriam e se escondiam como podiam, com muito medo.

As lembranças mais recorrentes são da fome e do medo intenso por que passaram naqueles “tempos horríveis” todos os integrantes do grupo, segundo *Teriweri*, mulher com 61 anos atualmente. Ao lado das lembranças das rajadas de metralhadoras, explosões de granadas e dos seguidos tiroteios por todos os lados nas proximidades da aldeia, a morte de crianças nascidas prematuramente durante o mesmo período é outro registro trágico das mulheres *aikewara* relativos ao “tempo da guerra”.

Os homens foram submetidos a um regime servil de privações e humilhações: sempre em duplas, desarmados, à frente dos soldados, servindo-lhes de escudos humanos, eram obrigados a caminhar, muitas vezes aos empurrões, horas e dias sem descanso ou alimentação adequados, carregando cargas pesadas às costas para os militares, com muita fome e sede, só ingerindo alimentos crus (dada a interdição de acender fogo), dormindo pouco, ao relento, no chão encharcado da mata na estação das chuvas. Foram obrigados ainda a depositar cadáveres envoltos em lonas nos helicópteros militares tanto em Xambioá como nas proximidades da aldeia, segundo os seus relatos.

Todo este período foi marcado pela desorganização social e cultural profundas, fome intensa e, sobretudo, medo da morte impostos pelas forças repressivas, que se revelaram traumáticos, com sequelas físicas e psicológicas, como ~~abortos~~, tuberculose pulmonar, surdez, pesadelos recorrentes e insônia, entre outras.

*muitos de prematuros*

### **Os testemunhos: prisioneiros de guerra**

*Tawé*, que tinha 20 anos época relatou a invasão da aldeia e o pânico causado, quando helicópteros levantavam a cobertura das casas e os soldados apontavam armas para as mulheres. Relatou as ameaças feitas pelos militares, assim como a profunda alteração das condições de vida na aldeia, com as interdições de sair de casa para prover a subsistência, ir para a roça (o “trabalho”) ou para as atividades de caça, pesca e coleta, na mata.

Assim como fizeram em toda a região, com o objetivo de isolar os guerrilheiros das suas possíveis fontes de alimentos e colaboração entre os moradores, na invasão da aldeia dos *Aikewara*, os militares queimaram o paiol de arroz e incendiaram as casas, conforme o relato de *Tawé*. O fato de estarem na estação seca (“verão”), possibilitou sobreviverem em pequenos abrigos até que a aldeia pudesse ser reconstruída com a retirada temporária das tropas (novembro de 1972).

*Waiwera*, chamado *Kaká*, tinha 16 anos à época, já era casado com *Sarisapuá* e esperavam o seu primeiro filho. Em seu depoimento, relatou o intenso medo que sentiram com a invasão na aldeia, durante a primeira campanha, quando foram então forçadamente ‘recrutados’

através do trabalhador braçal do Posto da Funai. *Kaká* relatou que foi acompanhado por *Tiwaku* e que saíram de helicóptero, depois em um veículo e por fim a pé, à noite, na mata, buscando trilhas, servindo de escudo aos militares, até voltar à aldeia, tendo andado cerca de trinta quilômetros.

*Api*, assim como *Tawé*, tinha então menos de 20 anos de idade, ainda estava solteiro e foi um dos primeiros a ser recrutado pelas forças repressivas, junto com outros três homens mais velhos e exímios caçadores. Em duplas, seguiam à frente de recrutas inexperientes, durante a chamada “primeira campanha” no combate aos guerrilheiros, quando se sobressaiu o tratamento como prisioneiros de guerra e o seu sofrimento.

Com o seu território totalmente ocupado e interdito pelas forças repressivas, proibidos de prover a sua subsistência, às vésperas do ritual do *karuwara* que iriam realizar, com o incêndio da provisão de arroz e de milho, assim como das casas na aldeia com seus pertences, os *Aikewara* tiveram deliberadamente destruídas pelos militares todas as suas bases materiais e simbólicas – e portanto, culturais, de existência.

*Rapaz, num sei pra quê era não... Eu não compreendo esse aí não! eu num sei pra quê que aconteceu essa “guerra” aqui! Eu num sei explicar esse aí não! Nós entrou assim sem saber de nada! era perigoso! (Api, agosto 2013).*

A ocupação militar de toda a região na segunda campanha empreendida pelas forças repressivas encontra-se documentada na literatura. Em 1979, numa das primeiras publicações sobre a guerrilha do Araguaia, o envolvimento dos *Aikewara* foi registrado: “As tropas ocupam estradas, fazendas, sedes de castanhais, a aldeia dos índios Suruí. Abrem algumas picadas na mata. Utilizam helicópteros e aviões” (cf. Moura, 1979:44).

Campos F.o (2003:119) assim se referiu ao “recrutamento” compulsório dos *Aikewara* pelas forças repressivas à guerrilha:

(...) “as tropas foram estabelecendo uma nova relação com o povo da região, ao mesmo tempo em que realizavam emboscadas nas estradas, grotas, roças e capoeiras. Ocuparam a aldeia dos índios Suruí, obrigando-os a servirem de guias. Espalharam bases militares por toda a região (...) Várias picadas foram abertas na mata com o apoio de bate-paus; aviões e helicópteros passaram a bombardear locais suspeitos de serem refúgios de guerrilheiros. Era a Operação Manobrão, comandada pelos generais Viana Moog, Antonio Bandeira e Hugo Abreu”.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Há ainda outra menção ao recrutamento: “Na área sul do Araguaia, a sudoeste da Serra das Andorinhas, os militares recrutaram uma tribo inteira de suruí” (Studart, 2006: 246).

*Umasu*, que tinha à época menos de 30 anos, casado com *Arihêra*, então grávida do seu quinto filho, tem vivos na memória o recrutamento forçado e os tiroteios no entorno da aldeia velha. Não sabiam qual o motivo que os levava a guiar os *marehai* na mata. Em tom de ameaça envolvendo o território indígena, os militares caracterizaram o “terrorista” para os *Aikewara* como a figura do “inimigo” que iria lhes “tomar as terras” - e que por isso devia ser combatido e eliminado. *Umasu* relatou o ocorrido, provavelmente, entre uma campanha e outra:

*Depois ele [militar] falou pra mim:*

*- Tu sabe por quê que nós tamos levando vocês? Porque é “terrorista”, rapaz! ele vai tomar todinha a terra de vocês! (ele falou pra mim). Esse aí é muito perigoso! você vai ficar sem terra de vocês! Eles já queria tomar tudinho - ele falou - a terra de vocês! por isso que nós tamos procurando! Num sabia nem o que é nada... [N]aquele tempo a gente num sabia de nada... eu num sei pra quê que chama “terrorista”! Nós num sabia o que era “terrorista”, “comunista”, nós num entende o que era “terrorista”!*

Muitos depoentes conheceram aquelas pessoas - transformadas em “inimigos” pelos militares - como “pessoas normais”, ou seja, que transitavam pela aldeia, como faziam os então parceiros moradores da região. Entre os *Aikewara*, *Umasu* ficou órfão muito cedo e, ainda menino, segundo ele, conviveu com Osvaldão (comandante de um dos destacamentos das Forças Guerrilheiras do Araguaia) e todo o seu grupo numa localidade denominada Consolação (próxima a Santa Cruz) e, depois, em Xambioá, em meados dos anos 60.

*Tawé* enfatizou as ameaças e maus tratos a que começaram a ser submetidos enquanto ele e *Api* iam guiando as tropas na mata, rumo à Serra das Andorinhas. Ambos ainda não tinham 20 anos quando testemunharam as torturas impingidas aos moradores locais, tratados como suspeitos de dar alimentos e apoio aos guerrilheiros.

(...)

*Aí começaram pegar aquelas pessoas, né? morador, começaram a judiar... e... fizeram muito serviço com eles, amarraram pela perna, a mão... pra trás... botaram a corda, dependuraram assim... bateram muito! num podia falar nada, né?*

*Aí tinha um deles que... morador ia correndo, fugindo né! pegaram ele correndo, metralharam atrás dele... sorte que num pegou nele, o tiro! pegaram ele, amarraram ele, judiaram ele, tudo! E nós... vendo aquilo, né? num podia falar nada!*

*Aí começaram pegar lá, os moradorzinho!... Eu acho que fizeram estupro com a família deles também tudo... eles era ruim, mau, esses povo aí... Batiam nas mulher, estupravam a família deles... tudo! O que nós vimos, a gente viu, né? a gente num podia... falar nada! Eles pegaram, um monte de gente... amarraram a mão pra trás, tudo... falando de morador em morador, onde é que morava mais pessoa...*

*Tawé* reporta o desconhecimento e incompreensão em relação à caracterização do “terrorista” como inimigo, assim como àquela situação de guerra, enfatizando a imposição do silêncio pelo medo:



Eles [militares] falaram que foi assim: esse povo chamado por nome “terrorista” fugiram de num sei aonde, do Rio de Janeiro... de Brasília pra cá, né? diz que... eu acho que por causa de negócio de política né? eu entendia uma coisa pouca na época, eles falaram, contaram:

- Não, porque aconteceu assim: política! Porque perderam (eu num sei quem foi que perdeu, um de política, né?) aí começaram a briga, brigaram contra militar, essas coisa tudo, acho que... pegaram a arma de militar, falando, botando desculpa, sei lá, num sei como foi que aconteceu mesmo!

Um deles falaram que... assaltaram banco... sequestraram policial de lá também, num sei aonde, acho que foi em Belém, num sei - eles contando pra nós.

- E nós tamo à procura deles! a turma dele ta aqui! ele tem que contar pra nós aonde que eles deixaram o resto, da turma!

Ele [Josias] contou pra ele [militar]:

- Ta nesse local, pra cá assim, tal lugar, tal tal ... Assim nós fomos com ele, assim mesmo, com medo! A gente num podia dizer nada... faz de conta que a gente era mudo, né! num podia falar.

## Fome e medo na aldeia

O ‘tempo da guerra’?... quando ele, marehai [soldado] chegou lá [na aldeia velha]... nós achava que marehai ia acabar com nós!! (Muretama, julho 2013).



Todos os depoimentos das mulheres revelaram, de modo contundente, o medo intenso e as condições de penúria em que se encontravam na aldeia, ao lado da desconfiança e da incerteza quanto ao retorno de seus maridos, sequestrados pelos militares. A população total à época era de cerca de 40 pessoas.

Arihêra (mulher de *Umasu*) relatou a ocupação militar da aldeia, a proibição de saírem das casas. Ela estava grávida de seu quinto filho, teve hemorragia após o parto (seu filho veio a falecer posteriormente) e ainda perdeu outra filha quando as tropas se retiraram da região. Enfatizou a fome e que só se alimentavam de “batatas”, ou seja, tubérculos como cará, inhame e macaxeira plantados nas proximidades da aldeia. Salientou também as proibições de saírem sozinhas para tomar banho, as ameaças e incertezas em relação aos “kamará” que estavam na mata (“terroristas”), perseguidos pelos militares:

*Aí nesse dia, todo mundo ficaram com fome, porque eles num deixaram pra nós arrancar inhame... nós comia só inhame!! Nós pedia pra ele assim:*

- A gente vai assim... arrancar inhame, pode? - nós falemos, mulher, tudinho mulherada.

- Não, num pode! Pra... pra vocês avisar também na hora que vocês vão banhar. Aí tem soldado, tem muuito ali na mata! - ele falou.

- E por quê que tem muito soldado assim... na mata? eu falei.

- É porque tem “terrorista”, ele falou.

- E o que é isso, “terrorista”? Ninguém sabe o que é “terrorista”!! - eu falei.

- Não! depois vocês vão ver. Depois que nós vamos matar tudo, depois vocês vão saber!

As mulheres relataram diálogos com o servidor da Funai que, através do sistema de fonia, mantinha contatos esporádicos com as tropas e buscava notícias sobre os maridos que tinham sido ‘sequestrados’. Com as crianças pequenas que permaneceram na aldeia, enfatizaram a proibição de saírem de casa, a fome e a penúria que sofreram durante todo o período em que estiveram sozinhas, sem seus maridos. Com as explosões e tiroteios nas proximidades, além da intensa movimentação dos helicópteros que desciam junto à aldeia, erguendo as coberturas das casas, o medo de morrerem todos foi enfatizado em todos os depoimentos.

Muretama também foi uma das mulheres que ficou sozinha na aldeia. Seu marido, Awasa’i (falecido a 24.09.2013) tinha sido ‘recrutado’ para guiar militares na mata, juntamente com Pytema (que morreu atropelado na OP3 em maio de 1987). Muretama narrou lembranças daquele período em que viveram como prisioneiros na aldeia, quando perdeu sua filha recém nascida:

*Aí nesse dia mesmo, eu ganhei minha filhinha , era kuxó! [mulher]. Mas num sei o que foi, ela chorava muuuito! ... foi marehai que cortou umbigo... num sei com quê que cortou... se pegou... tétano, o que foi... Awasa’i tava no mato...*

*Eles levaram nós lá no Xambioá, no helicóptero. Ela morreu lá. No outro dia, trouxe nós de volta... ela ta enterrada lá na aldeia velha... (julho 2013).*

Teriweri, que tinha à época 20 anos, perdeu seus filhos gêmeos prematuros no parto durante esse período, cujas condições de penúria e medo na aldeia ela assim resumiu:

*Porque... eu acho que por conta de tudo isso que aconteceu eu... tive assim... quase aborto, né? As criança num viveram porque tanto medo que a gente passava, dos tiro, né? Então aconteceu isso com a gente, eu num gosto de me lembrar, sabe? eu tou contando aqui pra vocês porque... tem que... as pessoa assim... pode ser assim os povo do Brasil, do mundo todo pra saber direito que aconteceu mesmo esse... esse horrível acontecimento, foi “guerra” né? no tempo da guerrilha, né? E aí assim... passei muito tempo assim, passando medo mesmo! Tem vezes que a gente dormia com fome né? [agosto 2013, grifo nosso].*

## **1973, a terceira campanha**

*Tawé* relatou os quatro dias em que Josias (Tobias Pereira Jr.), feito prisioneiro<sup>9</sup> acompanhava-os na mata, com os militares, para indicar os locais de refúgio dos companheiros. Em seguida, o encontro com Walquíria (Walquíria Afonso Costa), em Xambioá. *Tawé* relatou que retornaram à mata, desta vez com os dois, Josias (Tobias) e Walquíria:

Os maus tratos e as humilhações que sofreram na estação das chuvas, na mata, já no início de 1973 (terceira campanha), em companhia de um guerrilheiro, o “Ari” (Arildo Valadão), tornado prisioneiro, foram relatados por *Api*.

*(...) Na hora que nós descansava um pouquinho assim no meio do mato, a polícia dava facção pra ele:*

*- Amola nosso facção aqui! - aí falava pro kamará. Esse aqui é pro teu pescoço, que ele ta amolando aqui...*

*- Rapaz! num fala isso não! (ele falou). Eu ficava com pena desse homem...*

*Depois que eu adoeci, não vi mais ele não, vim pra cá... (...) Isso era na OP3... era... aquela estrada que ia lá pro Castanhal, lá pro... Santa Isabel.*

Em seu depoimento, *Api* se referiu, emocionado, ao “Ari” (Arildo Valadão) que, tendo sido preso - tinha os pulsos e os tornozelos amarrados durante a noite e os pés muito feridos -, foi obrigado a seguir com as tropas, na mata (com *Api* e *Warini*), passando café e fazendo comida, carregando carga pesada (o “paneiro”, cesto grande com jabutis) e indicando os refúgios onde teriam estado seus companheiros.<sup>10</sup> *Api* relatou as condições desumanas a que foram submetidos, por períodos prolongados na mata, com fome e sem dormir.

A permanência prolongada na mata com os militares, sob condições de prisioneiro de guerra, sem comer e sem dormir foram debilitando a saúde de *Api*. Ele relatou quando os militares os abandonaram na mata, na última vez em que saiu junto com *Masara*. *Api* adoeceu em consequência das condições desumanas a que tinham sido submetidos.

*Masara* era à época um homem com menos de 30 anos, casado e já com duas filhas pequenas, quando foi “recrutado” para guiar os soldados - foi o último a andar com *Api* na mata. Em seu depoimento, mesclando o próprio idioma e a língua portuguesa, acompanhado de sua segunda mulher, *Wasakwai*, *Masara* relatou as privações a que foram submetidos como prisioneiros de guerra, sem saber o que buscavam, à noite, andando na mata, desarmados. *Masara* mencionou a eventual não demarcação das terras *aikewara* em tom de ameaça feita pelos militares, caso ele se recusasse a guiá-los na mata.

<sup>9</sup> De acordo com Morais & Silva (2012:581), Tobias se entregou ao Exército ao final de 1973.

<sup>10</sup> Conforme os registros existentes (“Relatório Arroyo”, in *Guerrilha do Araguaia*, 1982), Ari foi morto e decapitado em 24.11.1973.

Por sua vez, a demarcação de um território para os *Aikewara* era a “recompensa” que os servidores do Posto da Funai apresentavam para o recrutamento forçado dos indígenas. A mulher de *Masara* traduziu:

*Ele tá falando assim (...) diz que se ele não isse [fosse] com ele [soldados], acompanhar, ele num ia dar terra pra ele não! Ai se ele isse [fosse], ele ia dar terra pra ele! Ai mentiram pra ele, que ele ia dar terra pra ele, ameaçou ele! Se ele num isse [fosse], aí num ia dar terra não! Por isso ele foi, sabe? num sabia de nada não, o quê que tava acontecendo! (agosto 2013, grifo nosso).*

### **Testemunhas da destinação dos corpos**

Muitos depoimentos dos *Aikewara* relatam a companhia de guerrilheiros capturados, ou seja, eles foram testemunhas de que muitos dos *kamará* - como chamavam os guerrilheiros - foram tornados prisioneiros, como Josias, Walkiria, Jaime, Dina e Ari e outros cujos nomes não foram mencionados. No entanto, a literatura sobre a guerrilha do Araguaia, sobretudo nos trabalhos de autoria dos militares, as mortes da maioria dos guerrilheiros são declaradas “em combate”, como era usual na ditadura.

Os testemunhos de dois homens, hoje os mais velhos entre os *Aikewara*, *Warini*, o “Moreninho”, e *Marahy*, ambos com mais de 80 anos, têm um valor inestimável para a elucidação de fatos que foram atribuídos a eles pelos militares, assim como por sobreviventes e por familiares dos desaparecidos. Ambos tinham cerca de 40 anos à época e eram exímios caçadores e, portanto, conhecedores das matas do território *aikewara* e por isso foram os que mais andaram com os militares. *Marahy* ficou tuberculoso crônico além de surdo, em consequência da proximidade das rajadas de metralhadoras e das condições desumanas em que permaneceu na mata com os militares, por tempo prolongado, acompanhado de *Arikasu*. No seu depoimento, traduzido simultaneamente por sua mulher, *Saiw’i*, relatou as condições de prisioneiro de guerra, carregando muito peso às costas para os militares, sem descansar, tomar banho, comer e dormindo no chão molhado.

*Warini* relatou que, sob a mira de metralhadoras, em Xambioá (onde havia outra grande base militar) foram obrigados a colocar no helicóptero corpos de guerrilheiros mortos, envoltos em plásticos pretos. E afirmam, categoricamente, que jamais praticaram atos de decapitação, estigma com o qual conviveram durante todos estes anos. Segundo os depoimentos dos *Aikewara*, os mortos eram decapitados por soldados e por regionais, a mandado dos militares. Envoltos em lonas ou sacos plásticos, os corpos eram enterrados ou simplesmente abandonados em locais de difícil acesso àquela época. *Warini* mencionou o sepultamento de três corpos no interior da Terra Indígena, nas proximidades do limite sul. Restos mortais foram retirados dali ainda em 1975 por uma das “Operações Limpeza” realizadas pelas

forças repressivas, das quais os *Aikewara* tiveram conhecimento através de seus vizinhos.

*Umasu* também relatou os sepultamentos havidos na localidade mencionada por *Warini*, junto ao limite sul da Terra Indígena, assim como um novo “resgate” de despojos, ocorrido em 1996 por uma equipe de legistas, desta vez acompanhada por eles. Alguns depoimentos falam em três corpos que foram ali sepultados, outros falam em quatro, mas em 1996 os restos mortais de um só corpo envolto em uma rede (tipo ‘garimpeira’) e cápsulas de balas de revólver foram resgatados naquela localidade. Anteriormente, em pelo menos outras quatro ocasiões, segundo relatos dos *Aikewara*, “operações limpeza” foram realizadas por militares ali e em toda a região.

Nos depoimentos, os *Aikewara* referiram-se a outros prováveis locais de sepultamento ou simples abandono de corpos de guerrilheiros que, no entanto, são atualmente de difícil reconhecimento por eles, dada a profunda transformação ocorrida em toda a região do baixo Araguaia, sobretudo devido aos desmatamentos e à formação de extensas pastagens. Embora não tenham testemunhado pessoalmente esses prováveis sepultamentos, as localidades incluem, ao sul, a bacia do rio Gameleira até a sua foz, em Santa Cruz (no rio Araguaia) e a noroeste, a bacia do Grotão dos Caboclos (*Koronohuna*), o centro do território tradicional *aikewara*.

### **Depois da “guerra”**

Seguiram-se anos de silêncio sobre as violências praticadas, quando os *Aikewara* tiveram o seu território ocupado pelas Forças Armadas, tendo sido submetidos a toda sorte de humilhações, ameaças e privações, fome e medo. No pós-guerra imediato, quando as forças repressivas haviam eliminado praticamente todos os integrantes do movimento guerrilheiro do Araguaia, tendo deixado a região ao final de 1975, os *Aikewara* - assim como todos os moradores de uma extensa região do entorno - encontravam-se ainda bastante fragilizados e atemorizados com o que tinham vivenciado. A permanência de informantes das forças repressivas em toda a região verificou-se ainda por um período prolongado, com o intuito de intimidar os moradores – aqui incluídos os *Aikewara* – a não prestar informações sobre os fatos ali ocorridos (cf. Procedimento Investigatório Criminal, MPF, 2009).

No período subsequente, conhecido como “distensão política”, rumo ao final da ditadura, muitas transformações vieram a ocorrer em todo o sudeste do Pará, como a construção da rodovia Transamazônica e da usina hidrelétrica de Tucuruí, beneficiando empreendimentos de uso intensivo de energia e um processo acelerado de industrialização mediante incentivos fiscais. Os fluxos migratórios se aceleraram, assim como a ocupação fundiária e os conflitos daí decorrentes, com um certo

desalojamento espacial e político das oligarquias castanheiras.<sup>11</sup>

Por sua vez, a política indigenista oficial visava “amortecer” os impactos dessas transformações com a implantação dos chamados “projetos de desenvolvimento comunitário”, coordenados no campo por antropólogos ligados a universidades. Assim, em 1976, através de uma dessas iniciativas apoiadas pela cúpula da Funai (Ferraz, 1976;1985), junto com os chamados “Gavião” da Terra Indígena Mãe Maria, os “Surui” foram incluídos num projeto para comercialização da castanha do Pará sem a ingerência da agência tutelar regional.

No entanto, as precárias condições de trafegabilidade da então OP2 e as dificuldades de escoamento da safra de castanha do PI Sororó não favoreceram o empreendimento, tal como ocorrera com os “Gavião” da TI Mãe Maria. A questão fundiária entre os “Surui” parecia ter passado a ser o foco das atenções dos agentes tutelares, embora ao longo da segunda metade da década de 70 tenha se verificado uma sucessão de equívocos político-administrativos que resultaram, em 1977, na delimitação de um território exíguo para os “Surui” – a Terra Indígena Sororó.

É importante salientar que decorrem desse pós-guerra todos os equívocos e fraudes havidos em relação à demarcação dessa TI, com 26.258 hectares, homologada em 1983 (Decreto 88.648, publicado no DOU em 31.08.1983). Os principais atos administrativos e o respectivo contexto político que compõem o processo de regularização fundiária da TI Sororó permitem verificar que, além dos equívocos técnicos, estão repletos de vícios inconstitucionais - portanto, de natureza política - cujas tentativas de solução sempre ficaram aquém das possibilidades de proteção aos direitos territoriais dos *Aikewara*.

A partir do início da década de 1980, novos processos administrativos na Funai tinham por objetivo rever os erros da demarcação da TI Sororó. No entanto, com a pressão da implantação do Projeto Ferro Carajás pela então Cia. Vale do Rio Doce e a construção da Estrada de Ferro Carajás, o decreto de homologação, datado de agosto de 1983, formalizou a área exígua delimitada em 1977. Em um parecer elaborado pelo MIRAD, em 1985, consta que cerca de 25 mil hectares – ou seja, o dobro da área delimitada - tinham sido excluídos.

Quase vinte anos depois, um último processo administrativo de regularização fundiária instaurado na Funai (1996) propôs um acréscimo de cerca de 11 mil hectares à Terra Indígena Sororó – TI *Tuwapekwókwera*<sup>12</sup> - para abranger porções significativas do território tradicional *aikewara*, como antigas aldeias, cemitérios, castanhais,

<sup>11</sup>Só em 1987 foi revogado o Decreto-Lei que interditava aquela “área de segurança nacional”.

<sup>12</sup> Literalmente, local onde *Tuwá*, uma anciã (já falecida), engasgou-se com uma espinha de peixe.

áreas de caça e jazidas de argila para o fabrico de panelas, que foram excluídas na demarcação fraudulenta efetuada durante a ditadura.

Essa área pleiteada pelos *Aikewara* fora destinada a projetos de assentamento e especulação inaugurada pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) que substituiu o INCRA na região na primeira metade dos anos 80. Desde então, encontra-se totalmente desmatada, com pastagens, ocupada por grileiros e posseiros, objeto de reconcentração fundiária manipulada por políticos regionais. Estes fatores, aliados à morosidade da agência indigenista governamental vêm protelando a conclusão deste processo de grande importância para o futuro dos *Aikewara*. Depois de outros quase 20 anos engavetado, o processo encontra-se agora a caminho do gabinete do Ministro da Justiça, integrando o elenco de terras indígenas que aguardam a portaria declaratória, o primeiro passo para o reconhecimento do Estado.

Aos poucos os *Aikewara* foram se recuperando em termos populacionais, embora os traumas profundos e as marcas psicológicas tenham permanecido, conforme atestam os relatos de insônia e pesadelos recorrentes devido ao seu envolvimento com as forças repressivas no Araguaia.

A situação fundiária precária reflete-se até o presente, com a crescente vulnerabilidade às pressões existentes, sobretudo devido à rodovia – hoje BR153, a antiga OP2. Aberta pelo Exército em 1972, a estrada cortou o território *aikewara* trazendo consequências nefastas e progressivas, como roubos de madeiras e castanhas, diminuição da caça, invasões, assaltos, atropelamentos, incêndios criminosos, despejo de toda sorte de dejetos e cadáveres, contaminação do solo e dos cursos hídricos, ao lado do processo de desertificação que vem se verificando com a formação de pastagens em todo o entorno da Terra Indígena Sororó.<sup>13</sup>

Em muitos dos depoimentos dos *Aikewara* colhidos não apenas no decorrer deste trabalho, mas ao longo de anos de assessoria e pesquisa junto a eles, o tema da guerrilha, ou melhor, do “tempo da guerra” foi, durante muito tempo, objeto de submersão na memória de muitos de seus integrantes, sobretudo daqueles que estiveram diretamente envolvidos. Só voltou a ter importância quando os seus filhos ou netos – ou seja, uma ou duas gerações seguintes - souberam da existência da Comissão de Anistia (MJ) e, mais tarde, da Comissão Nacional da Verdade e se interessaram em conhecer o que, de fato, havia ocorrido.

---

<sup>13</sup> Em inúmeras ocasiões, os *Aikewara* apresentaram a proposta de desvio do traçado da rodovia, inclusive através do Ministério Público Federal, sem nunca ter sido considerada, sobretudo quando foi pavimentada para se tornar uma rodovia federal (1998), sem que qualquer estudo de impacto ambiental tivesse sido realizado.

Deste modo, foi valiosa a sua colaboração para o presente trabalho em recuperar detalhes da sua história através da memória dos que são hoje considerados “velhos” (*awaimona*) na comunidade. Deles depende, porém, a continuidade desta sociedade tupi, que bravamente sobreviveu e cresceu numa região que permanece eivada de carências sociais e conflitos agrários como o sudeste do Pará.

### Referências bibliográficas

- CABRAL, Pedro Correa. 1993. *Xambioá: guerrilha do Araguaia*. Rio de Janeiro: Edit. Record.
- CALHEIROS, Orlando. 2014. *Aikewara: Esboços de uma sociocosmologia tupi-guarani*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional/ UFRJ.
- CAMPOS F.o, Romualdo Pessoa. 2003. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. 2004. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- DÓRIA, Palmério; CARELLI, Vincent; BUARQUE, Sergio; SAUTCHUK, Jaime. 1978. *A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Editora Alfa Omega. Série História Imediata.
- FERRAZ, Iara. 1976. “Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião e Suruí (PA)”. DGPC/FUNAI. Brasília, mimeo.
- \_\_\_\_\_ 1985. “Suruí”. In *Povos Indígenas no Brasil. Sudeste do Pará (Tocantins)*. Vol 8. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação, pp. 100-121.
- FIGUEIREDO, Lucas. 2011. “O segredo dos índios Aikewara”. *Revista GQ*, n.1, abril, pp. 156-163.
- *GUERRILHA DO ARAGUAIA, 1972-1982*. 1982. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.
- KOTSCHO, Ricardo. 1982. *O massacre dos posseiros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2<sup>a</sup>. ed.
- LARAIA, Roque de B.; DA MATTA, Roberto A. 1967. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. 2005. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Edit. Anita Garibaldi, 4<sup>a</sup>. ed.
- MOURA, Clóvis (Apresentação). 1979. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Ed. Alfa Ômega. Série História Imediata.
- MOURÃO, Laís. 2005. *Memórias clandestinas. A imprensa e os cearenses desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- NOSSA, Leonêncio. 2012. *Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Cia das Letras.
- PORTELA, Fernando. 1986. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 7<sup>a</sup>. ed.
- PEIXOTO, Rodrigo, C.D. 2011. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, /v.6, n.3, p. 479-499, set-dez.



- POMAR, Wladimir. 1980. *O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Editora Brasil Debates.
- QUEIROZ, Renato da Silva. 1975 (março). Relatório de pesquisa antropológica realizada entre os índios Suruí do Estado do Pará. São Paulo: USP, ms.
- RODRIGUES, Antonio. 2008. *Araguaia – entre soldados e guerrilheiros*. Curitiba: Protexoto.
- SÁ, Glênio. 1990. *Araguaia – relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.
- SOUSA, Deusa Maria de. 2011. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Tese de Doutorado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- SOUZA, Aluísio Madruga de Moura. 2002. *Movimento comunista brasileiro. Guerrilha do Araguaia, revanchismo, a grande verdade*. Brasília: edição do autor.
- STUDART, Hugo. 2006. *A lei da selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial.
- Vários autores. 2005. *Guerrilha do Araguaia – uma epopéia pela liberdade*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 4ª. ed.
- VIEIRA FILHO, João Paulo B. 1991. “Visão da saúde dos Suruí do Sororó (Aikevara)”. Escola Paulista de Medicina, mimeo, 04 p.

### **Documentos consultados**

- Ministério Público Federal. 2009. *Procedimento Investigatório Criminal* 1.23.001.000180/2009-14, 8 volumes, 01 anexo. Procuradoria Geral da República: Brasília, DF (cópia na PGR Marabá).
- \_\_\_\_\_ 2011. *Inquérito Civil Público* 1.23.001.00374/2011-26. Procuradoria Geral da República, Marabá (PA).
- Fundação Nacional do Índio. Portarias n.40/N de 20.12.1971 e n.130/N de 16.09.1973. Boletim Administrativo, Ministério do Interior, Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_ 1996. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Gleba *Tuwapekuókwerá*. Brasília: Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID).